

AMIES fortalece debate sobre qualidade do ensino superior do país

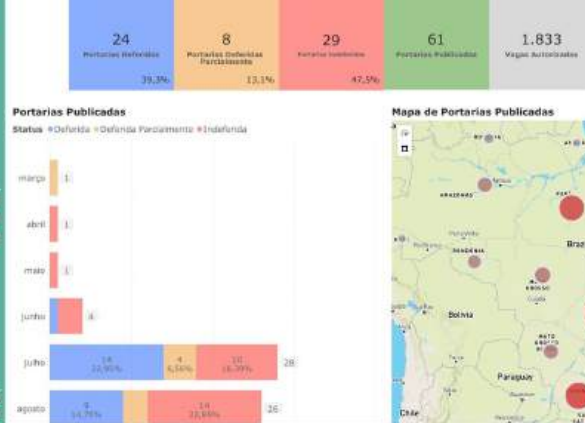
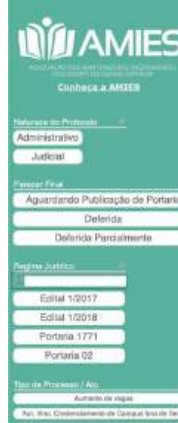
Em compromisso com a melhoria da qualidade da educação no país, a AMIES participou ativamente das discussões sobre a expansão e regulação do ensino superior. Em 2024, os debates envolveram especialmente a política de formação médica, a regulação dos cursos a distância e a ampliação dos programas de financiamento. Ao longo do ano, a Associação também esteve presente nas conversas acerca da reforma tributária, ao defender a redução da carga de tributos, para garantir o fortalecimento das instituições de ensino privadas, principais portas de acesso ao ensino superior brasileiro.

Em reuniões nos ministérios da Educação e da Saúde, a AMIES ampliou os espaços de diálogo construtivo com o Poder Público, oferecendo soluções para o aprimoramento, ampliação e garantia de qualidade dos cursos de medicina. Atuando como *amicus curiae* do Supremo Tribunal Federal (STF), a Associação acompanhou o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 81, em que a Corte julgou constitucional a abertura de cursos de medicina condicionada à realização de chamadas públicas, como determina a Lei dos Mais Médicos.

Além de oferecer consultoria jurídica aos associados e fazer sugestões assertivas ao Poder Público, ao longo do ano, a AMIES realizou estudos que visam oferecer subsídios para a definição de políticas públicas que prezem pela qualidade do ensino superior. Nesse sentido, a AMIES lançou o [Painel de Educação Médica](#), que facilita o trabalho de análise de dados estratégicos sobre a formação médica e sua relação com a demanda social e regional. Também foi lançado o [Painel de Acompanhamento dos Processos Regulatórios de Medicina](#), que traz um panorama sobre os processos em tramitação na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) e a distribuição de vagas autorizadas em todo o país. “Esses painéis reúnem informações de interesse geral, dispostas de maneira clara e organizada. Com isso a AMIES promove a transparência e facilita o acompanhamento dos trâmites”, ressaltou a secretária-executiva da entidade, Priscila Planelis.

A reformulação da educação a distância no país também esteve no centro da atuação da AMIES durante o ano. A Associação, inclusive, entregou uma carta com suges-





tões ao Ministério da Educação, em que já ressaltava a importância da revisão da política de ensino a distância e mudanças nos procedimentos destinados ao credenciamento de IES e à oferta de cursos.

No Legislativo, a AMIES participou de audiência pública, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, sobre o novo marco regulatório da educação a distância, com contribuições para garantir a qualidade do ensino e resguardar as instituições que têm feito um trabalho de excelência.

A Associação também tem sido atuante nas discussões acerca da reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. A ideia sempre foi garantir que o setor educacional seja tratado de forma diferenciada, para dar condições de continuar contribuindo com o desenvolvimento do país, especialmente na manutenção de programas de ensino superior.

Durante 2024, a AMIES também proporcionou aos associados um amplo diálogo sobre o novo Plano Nacional de Educação, a política de formação de professores, os investimentos em educação, a modernização e simplificação da política regulatória, a atualização dos instrumentos de avaliação da educação

superior, a criação de Instituições de Ensino Especializadas e o reestabelecimento do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

“O ano de 2024 foi de muito trabalho na AMIES. Juntos, fortalecemos nossa atuação, ampliamos o diálogo com os órgãos reguladores, e proporcionamos oportunidades valiosas para o desenvolvimento de nossas instituições”, frisou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues.

Em 2025, a AMIES seguirá empenhada para apresentar propostas técnicas e relevantes para aprimorar as políticas públicas educacionais do país. “Para o próximo

ano, a AMIES trabalhará para ampliar políticas públicas que já existem, como o Fies e o Proni. A AMIES também fará propostas ao Ministério da Educação para tornar o marco regulatório como um todo mais dinâmico, mais prático, e adaptado à nova realidade social e tecnológica”, indicou o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros.

Por meio de sua representatividade e compromisso ético, a AMIES fomenta um diálogo construtivo que valoriza a visão das instituições de ensino superior, contribuindo para a transformação social e a construção de um Brasil mais justo e desenvolvido.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

CNS recomenda exigência de ensino presencial para graduações de saúde



O Conselho Nacional de Saúde emitiu uma **recomendação** para que o Ministério da Educação reconheça a especificidade e defina a exigência da modalidade de ensino presencial para os cursos da área da saúde, nos novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. O MEC tem discutido a proposta da nova regulação da EAD e deve apresentá-la até o final do ano.

Para o CNS, instância ligada ao Ministério da Saúde, é necessário que o MEC assegure a presencialidade como única modalidade na formação em saúde, no âmbito da graduação, "compreendendo-se presencialidade como a participação física de estudantes e professores em locais e tempos pré-determinados para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão". O Conselho também recomenda que as atividades com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação não devem ultra-

passar 20% da carga horária total do curso, não devendo ser incluídas nessa metodologia as disciplinas de caráter assistencial e práticas que tratem do cuidado em saúde individual e coletiva.

O colegiado acredita, ainda, que devem ser vedados o credenciamento e a autorização de cursos de graduação na modalidade EAD na área da saúde, dada sua natureza e especificidade, expressas "na necessidade de experiências práticas concretas, nos vínculos interpessoais entre estudantes, profissionais, usuários e gestores, nas vivências interprofissionais e colaborativas, as quais exigem a presencialidade no processo de ensino-aprendizagem".

O MEC tem até o dia 31 de dezembro para estabelecer novos referenciais de qualidade e o novo marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. O prazo consta na **portaria 528**, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

MERCADO

» O mercado de cursos de **medicina** está encerrando o ano com cinco aquisições que, somadas, movimentaram em torno de R\$ 2 bilhões, segundo dados divulgados pelo grupo de educação envolvidos nas transações e estimativas do mercado. Entre os compradores estão a Yduqs, Cruzeiro do Sul, Afya, Mubadala Capital e a rede europeia Galileo - representando, juntas, 1,2 mil vagas de medicina.

» O Ministério da Educação reconheceu o curso superior de **criptomoedas** do grupo Cogna. A graduação é ofertada na modalidade a distância.

» A empresa de mídia Exame, que no ano passado entrou na área de ensino superior, **adquiriu** 100% da escola de negócios Saint Paul. A instituição conta com 400 cursos entre presencial, on-line e híbrido, voltados principalmente às áreas de negócios, finanças e inovação.

» De olho em um cenário de escassez de profissionais na indústria aérea, que já atinge alguns segmentos no Brasil, a **Latam** vai inaugurar uma escola profissionalizante em São Paulo. A primeira turma, cujas aulas se iniciam em janeiro, é focada em atender a profissionais da Latam que querem se especializar, mas, já no ano que vem, a ideia é ampliar para o público externo.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

A Câmara dos Deputados aprovou um dos projetos de [regulamentação](#) da reforma tributária, que havia retornado do Senado com mudanças. O texto agora segue para a sanção presidencial.

A Comissão de Educação do Senado aprovou projeto que torna obrigatória a aprovação no [exame de proficiência para o exercício da medicina](#). O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De acordo com a proposição, os médicos só poderão se registrar no Conselho Regional de Medicina se forem aprovados no Exame Nacional de Proficiência em Medicina, sendo dispensados aqueles já inscritos no CRM e os estudantes de medicina que ingressaram no curso antes da vigência da nova lei.

O Supremo Tribunal Federal começou a julgar mais uma polêmica questão trabalhista: se o [intervalo de recreio](#) entre as aulas deve entrar automaticamente no cálculo do salário dos professores na rede privada, sejam de ensino fundamental, médio ou superior. O julgamento foi iniciado no dia 13 de dezembro, mas só será finalizado no dia 3 de fevereiro, devido ao recesso judicial.

Capes define regras de processos híbridos para os cursos de mestrado e doutorado

A Capes definiu as regras para a implementação de processos híbridos de ensino na pós-graduação *stricto sensu* presencial, que abrange os cursos de mestrado e doutorado. As diretrizes gerais constam na [Instrução Normativa 2/2024](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com a instrução, os processos híbridos de ensino e aprendizagem devem envolver a combinação de ações presenciais com atividades remotas e não caracterizam uma modalidade de ensino específica, mas “partem de um conjunto de procedimentos metodológicos que englobam a interação entre ambientes presenciais e digitais para potencializar as diversas atividades acadêmicas realizadas no percurso formativo”.

Segundo as regras, não será permitido o uso de atividades



remotas assíncronas (aulas gravadas) para o cômputo de carga horária didática. Também é vedada a oferta de disciplinas ou o percurso formativo de forma completamente remota.

De acordo com a Capes, as diretrizes têm como objetivo estimular a colaboração em pesquisa e orientação acadêmica e compartilhar conteúdos e recursos educacionais entre os programas de pós-graduação *stricto sensu* e as instituições de ensino e pesquisa, do Brasil ou internacionais.

Geração Z tem interesse em cursos de tecnologia

Jovens brasileiros da geração Z (nascidos entre 1997 e 2010) estão de olho nas áreas da tecnologia, mas também demonstram interesse em setores mais tradicionais como publicidade, administração e psicologia. Para o mercado de trabalho, eles buscam empresas com valores similares aos deles, almejam cargos de liderança e não descartam o empreendedorismo como uma possibilidade de carreira.

Isso é o que mostra a pesquisa

“GenZ além dos rótulos”, publicada pelo Instituto da Oportunidade Social. De acordo com o levantamento, 64% dos jovens desejam ser líderes nas áreas em que estudaram e 40% querem empreender.



EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira e Getúlio Américo Moreira Lopes | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Secretária-executiva: Priscila Panielis | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).